



**CÂMARA MUNICIPAL**  
SANTA FÉ DO SUL - SP

**INDICAÇÃO Nº**

**461/2025**

O vereador **Samuka da Limpeza**, no uso de suas prerrogativas parlamentares, etc.;

**Indica** ao Excelentíssimo **Prefeito EVANDRO FARIAS MURA**, as providências que se fizerem necessárias junto a **Diretora-Geral de Assistência Social, SILVIA ALMEIDA**, para solicitar a presença do Conselho Tutelar em todas as noites do evento Sonho de Natal 2025, com o objetivo de fiscalizar e garantir a proteção de crianças e adolescentes, assegurando o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

**JUSTIFICATIVA:**

A presente indicação tem como finalidade reforçar as políticas públicas de proteção aos direitos das crianças e adolescentes de nossa cidade.

O Conselho Tutelar, órgão integrante da Administração Pública Municipal e vinculado à Secretaria de Assistência Social, desempenha um papel essencial na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Sua atuação preventiva e interventiva diante de situações de risco — como exposição a álcool, ambientes inadequados, maus-tratos, entre outras — contribui significativamente para a garantia de segurança e bem-estar desse público, adotando as medidas cabíveis sempre que necessário.

Diante disso, solicita-se que a Administração Municipal e a Secretaria de Assistência Social adotem as medidas pertinentes para assegurar a presença do Conselho Tutelar em todas as noites do Sonho de Natal 2025, assegurando a fiscalização adequada e o cumprimento das normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Conforme dispõe o Art. 1º da Lei Municipal nº 4.681 de 24 de abril de 2024, que “Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Tutelar no âmbito do Município de Santa Fé do Sul-SP”, o Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, regendo-se por essa legislação e também pela Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA).

Trata-se de uma demanda da população, cuja implementação poderá demandar previsão orçamentária. Caso não haja disponibilidade no orçamento vigente, recomenda-se que seja incluída nas próximas peças orçamentárias — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) — como forma de fortalecer as políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência.

Diante do exposto, a presente proposição se mostra plenamente justificável e merece a devida atenção por parte da Administração Municipal.

Sala das Sessões Dr. João Alfredo do Amaral Ribeiro,  
05 de dezembro de 2025

CÂMARA MUNICIPAL  
SANTA FÉ DO SUL  
Estado de São Paulo  
**ENCAMINHADA**  
em Sessão de

09/12/2025

**SAMUKA DA LIMPEZA**  
Vereador - REPUBLICANOS

